



AJUSTE DIRETO N.º 07/2025

“AQUISIÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS NAS DIVERSAS ÁREAS DA RESPONSABILIDADE DA FREGUESIA DO LUMIAR”

(ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos com remissão para o n.º 2 do artigo 112.º do referido Diploma Legal)

CADERNO DE ENCARGOS

Aprovado pela Junta de Freguesia
em reunião de 28/02/2025

O Presidente da Junta de Freguesia,

Índice

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO I | 4 |
| DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 4 |
| CLÁUSULA 1. ^a | 4 |
| OBJETO | 4 |
| CLÁUSULA 2. ^a | 4 |
| CONTRATO | 4 |
| CLÁUSULA 3. ^a | 5 |
| PRAZO DE VIGÊNCIA..... | 5 |
| CLÁUSULA 4. ^a | 6 |
| PREÇO BASE | 6 |
| CLÁUSULA 5. ^a | 6 |
| CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FATURAÇÃO | 6 |
| CAPÍTULO II | 7 |
| OBRIGAÇÕES DAS PARTES | 7 |
| CLÁUSULA 6. ^a | 7 |
| OBRIGAÇÕES GERAIS DO ADJUDICATÁRIO | 7 |
| CLÁUSULA 7. ^a | 9 |
| REQUISITOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 9 |
| CLÁUSULA 8. ^a | 10 |
| DEVER DE SIGILO..... | 10 |
| CLÁUSULA 9. ^a | 11 |
| PRAZO DO DEVER DE SIGILO | 11 |
| CLÁUSULA 10. ^a | 11 |
| REVISÃO DE PREÇOS | 11 |
| CLÁUSULA 11. ^a | 12 |
| PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS | 12 |
| CLÁUSULA 12. ^a | 12 |
| OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE | 12 |
| CAPÍTULO III | 12 |
| SANÇÕES PECUNIÁRIAS E RESOLUÇÃO DO CONTRATO..... | 12 |
| CLÁUSULA 13. ^a | 13 |
| SANÇÕES CONTRATUAIS | 13 |
| CLÁUSULA 14. ^a | 13 |
| RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INICIATIVA DA ENTIDADE ADJUDICANTE..... | 13 |
| CLÁUSULA 15. ^a | 14 |
| RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INICIATIVA DO ADJUDICATÁRIO | 14 |
| CAPÍTULO IV | 14 |
| TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS..... | 14 |
| CLÁUSULA 16. ^a | 15 |
| TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS..... | 15 |
| CLÁUSULA 17. ^a | 17 |

| | |
|--|-----------|
| ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE | 17 |
| CAPÍTULO V | 17 |
| DISPOSIÇÕES FINAIS | 17 |
| CLÁUSULA 18. ^a | 17 |
| DEVERES DE INFORMAÇÃO | 17 |
| CLÁUSULA 19. ^a | 17 |
| DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL | 17 |
| CLÁUSULA 20. ^a | 18 |
| TRANSIÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO | 18 |
| CLÁUSULA 21. ^a | 18 |
| AValiação, ALOCAÇÃO E GESTÃO DOS SEGUROS | 18 |
| CLÁUSULA 22. ^a | 19 |
| ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO | 19 |
| CLÁUSULA 23. ^a | 19 |
| COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES | 19 |
| CLÁUSULA 24. ^a | 19 |
| CONTAGEM DOS PRAZOS | 19 |
| CLÁUSULA 25. ^a | 19 |
| FORO COMPETENTE | 19 |
| CLÁUSULA 26. ^a | 20 |
| LEGISLAÇÃO APLICÁVEL | 20 |
| PARTE II | 21 |
| ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS | 21 |
| RAMO – RESPONSABILIDADE CIVIL | 26 |
| PARTE III | 29 |
| CONDIÇÕES ESPECIAIS | 29 |

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no procedimento pré-contratual de Ajuste Direto, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos [CCP] com remissão para o n.º 2 do artigo 112.º do referido Diploma Legal, que tem por objeto a aquisição de Apólices de seguro, diretamente a uma Seguradora, nas diversas áreas da responsabilidade da Freguesia do Lumiar, pela Entidade Adjudicante através da contratação de apólices de seguro –conforme se descreve pormenorizadamente na **Parte II – Cláusulas Técnicas (Programa de Seguros) e Parte II – Condições Especiais** – do presente Caderno de Encargos.
2. A presente aquisição de serviços será cabimentada em 2025, sendo o Código CPV (*Common Procurement Vocabulary*): 66510000-8 (Serviços de Seguros).
3. O(s) contrato(s), a celebrar, abrange(m) a transferência para a Seguradora, dos riscos identificados nas Cláusulas Técnicas deste Caderno de Encargos e que decorrem da atividade da Junta de Freguesia do Lumiar, tendo a seguinte composição:

LOTE II

- i. **Ramo - Seguro Multirriscos (Diverso Património)**
- ii. **Ramo – Responsabilidade Civil:**
 - Seguros de Responsabilidade Civil dos Equipamentos Desportivos;
 - Seguro de Responsabilidade Civil dos Parques Infantis e Fitness;
 - Seguro de Responsabilidade Civil Geral;
 - Seguro de Responsabilidade Civil de animais.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a)* Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo

- concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos e ao Convite à Apresentação de Proposta;
 - c) O presente Caderno de Encargos e o Convite à Apresentação de Proposta;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
4. Os ajustamentos propostos pela Entidade Adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário os nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.
5. Além dos documentos indicados no n.º 1, o Adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
6. Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o CCP e demais legislação portuguesa aplicável.

Cláusula 3.ª

Prazo de vigência

1. O contrato incluindo as apólices que o integram, mantém-se em vigor pelo período de 12 (doze) meses, entrando em vigor no dia 1 de março de 2025 ou em data posterior caso o processo não se encontre ainda concluído e com término a 1 de março de 2026, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.
2. Durante o período de vigência do contrato deverá o Adjudicatário proceder à uniformização dos períodos de vigência de cada uma das apólices, sendo o término das mesmas coincidentes com o término do contrato.

Cláusula 4.^a

Preço base

1. O preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela presente aquisição e instalação do bem, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos é de **€ 9.187,37 (nove mil, cento e oitenta e sete euros e trinta e sete cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.
2. O preço previsto no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 5.^a

Condições de pagamento e faturação

1. A emissão das faturas eletrónicas pelo Adjudicatário deverá ser efetuada após a aquisição e instalação do bem e será paga por transferência bancária, de acordo com os dados a fornecer, nomeadamente:
 - a) Designação da Instituição Bancária;
 - b) Designação exata do titular da conta;
 - c) Número de identificação bancária (IBAN).
2. A quantia devida pela Entidade Adjudicante, nos termos do artigo anterior, deve ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da receção da devida fatura e deverá observar o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos e legislação conexas, devendo da mesma constar o máximo dos seguintes elementos: a referência do contrato, o número de compromisso, os números das notas de encomenda (ou outro documento equivalente) e das guias de remessa a que dizem respeito.
3. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto ao valor ou quantidades indicadas nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da fatura.
4. A fatura eletrónica a emitir pelo Adjudicatário deverá ser enviada para o seguinte endereço eletrónico: info@jf-lumiar.pt.

5. A emissão de segunda via da fatura solicitada pela Entidade Adjudicante não será objeto de qualquer cobrança adicional.
6. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente Caderno de Encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.
7. As faturas deverão conter obrigatoriamente as seguintes informações:
 - a) Designação e endereço do Adjudicatário;
 - b) Data e número da fatura;
 - c) A referência e designação do procedimento;
 - d) O preço antes e depois de todos os impostos;
 - e) A taxa e valor do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA).
8. As faturas que não cumpram estes requisitos serão devolvidas.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 6.ª

Obrigações gerais do Adjudicatário

1. Nos termos do presente procedimento, o Adjudicatário obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do seu objeto.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Não efetuar, no decurso da execução do contrato, qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas e outras condições acordadas com o Município, com exceção do indicado nos itens seguintes:
 - i. Só são permitidas alterações às taxas das apólices se estas resultarem de disposição legal ou de norma emanada da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

- ii. Os prémios são suscetíveis de atualização ordinária, em caso de alteração dos capitais seguros, das massas salariais e do número de pessoas seguras, bem como do património móvel e imóvel, garantindo as mesmas taxas e condições apresentadas na proposta;
 - iii. As alterações resultantes do enunciado nos itens anteriores darão origem a emissão de recibo de prémio e/ou estorno, independentemente de a apólice ser renovável ou temporária.
- b) São ainda obrigações do Adjudicatário:
- i. Assegurar a emissão das apólices de seguros conforme Plano de Seguros constante na parte II do presente Caderno de Encargos;
 - ii. Assegurar toda a informação e colaboração necessária com a empresa de mediação ou corretagem de seguros, a qual fará a ligação com a Entidade Adjudicante, na qualidade de entidade especializada na técnica seguradora, que apoiará, colaborando com estas em todas as matérias relacionadas com a gestão das apólices, sinistros, análise de riscos e cobrança dos prémios, nos termos do estabelecido na Lei n.º 7/2019 de 16 Janeiro e respetivas alterações sendo remunerado pela seguradora nos termos do referido diploma legal;
 - iii. No caso das apólices de acidentes de trabalho e acidentes de viação, deverão ser disponibilizadas Linhas de apoio, disponíveis 24h/dia, 7 dias/semana;
 - iv. Informar semestralmente a evolução da sinistralidade por ramo, indicando o número de sinistros, indemnizações liquidadas e provisões e a taxa, ao segurado e ou ao seu mediador.
 - v. Dar resposta a qualquer solicitação da Entidade Adjudicante, no prazo máximo de 24 horas;
 - vi. Comunicar à Entidade Adjudicante, com uma antecedência mínima de 30 dias, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços definida neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - vii. Garantir a correta cessação dos contratos das apólices a descontinuar, para que não exista duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do novo plano de seguros;

- viii. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - ix. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - x. Agregar a cada recibo uma listagem nominal discriminada com preços unitários;
 - xi. Informar, por escrito, o tomador de seguro, do montante a pagar;
 - xii. Não poderá verificar-se qualquer exclusão ou alteração das coberturas das apólices apresentadas a concurso e aceites pela Entidade Adjudicante.
3. As alterações que ocorram nas circunstâncias previstas na subalínea i) da alínea a) do n.º 1 da presente cláusula, produzem efeitos nas datas do vencimento das apólices a que respeitem e devem ser obrigatoriamente comunicadas à Entidade Adjudicante com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por meio de transmissão eletrónica de dados ou correio registado, ambos com aviso de receção sob pena de ineficácia.
4. O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações deste e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.
5. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado a comunicar à Entidade Adjudicante qualquer circunstância que lhe seja alheia e que possa prejudicar o normal cumprimento da aquisição e instalação do bem.

Cláusula 7.^a

Requisitos da prestação de serviços

1. As propostas de cobertura de riscos visam prevenir efeitos emergentes da atividade desenvolvida pela entidade e a ela imputáveis, em matéria de danos corporais e ou materiais que se venham a manifestar sobre o seu património, os seus profissionais, colaboradores, munícipes e população em geral.

2. O Adjudicatário, respeitando as especificações técnicas das cláusulas incluídas na **Parte II** deste Caderno Encargos, deve prestar, de forma clara e, por escrito, todos os esclarecimentos exigíveis das condições de cada contrato:

- a) Das exclusões e limitações de cobertura;
- b) Do montante mínimo do capital nos seguros obrigatórios;
- c) Do montante máximo a que se obriga em cada período de vigência do contrato;
- d) Do regime de transmissão do contrato;
- e) Do modo de efetuar reclamações, dos correspondentes mecanismos de proteção jurídica e da autoridade de supervisão.

3. O Adjudicatário concorda que, as condições definidas no Caderno Encargos, prevalecem sobre as condições das apólices.

Cláusula 8.^a

Dever de sigilo

1. O Adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

2. O Adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.

3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

5. O Adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Entidade Adjudicante lhe indique para esse efeito.

6. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa da Entidade Adjudicante, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

7. O Adjudicatário não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo da Entidade Adjudicante sem o consentimento prévio deste.

Cláusula 9.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.^a

Revisão de preços

No decurso da execução do contrato, o Adjudicatário, por sua iniciativa, não poderá efetuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas, franquias e outras condições acordadas com o Entidade Adjudicante, com exceção do indicado nas seguintes alíneas:

- a) Só são permitidas alterações às taxas e prémios das apólices, se estas resultarem de disposição legal, de norma do Instituto de Seguros de Portugal, ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com consentimento do Entidade Adjudicante;
- b) As alterações que ocorram nas circunstâncias previstas na alínea anterior, com exceção dos casos de particular agravamento do risco, produzem efeitos na data de vencimento de qualquer apólice e deverão ser obrigatoriamente comunicadas ao Entidade Adjudicante com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por correio registado, com aviso de receção, sob pena de ineficácia; e
- c) Não resultando de imposição legal, apenas se aceitará a atualização dos prémios, em caso de alteração dos capitais seguros, das massas salariais e das pessoas seguras.

Cláusula 11.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 12.^a

Obrigações da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, a Entidade Adjudicante obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo.
2. Constituem ainda obrigações da Entidade Adjudicante:
 - a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o Adjudicatário, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
 - b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
 - c) Monitorizar a qualidade dos serviços prestados;
 - d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
 - e) Efetuar o pagamento devido dentro dos prazos fixados; e
 - f) Fornecer ao Adjudicatário todas as informações e documentação necessárias à boa execução do contrato.

CAPÍTULO III

SANÇÕES PECUNIÁRIAS E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 13.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso de obrigações emergentes do contrato, e por causa imputável ao Adjudicatário, poderão ser aplicadas as seguintes sanções contratuais nos seguintes casos:

- a) Pelo incumprimento das obrigações estipuladas no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante pode aplicar uma sanção de até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor de cada bem não entregue por cada dia de atraso;
- b) Pelo cumprimento defeituoso e/ou incumprimento, sem que seja reposto, no prazo de dois (dois) a quatro (quatro) dias, ficará o Adjudicatário sujeito a uma sanção de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do preço contratual, por cada dia em falta.

2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% (vinte por cento) do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (vinte por cento) e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (trinta por cento).

3. Em caso de resolução do contrato, por incumprimento do Adjudicatário, a Entidade Adjudicante, pode exigir-lhe uma sanção contratual de até aos limites indicados no número anterior.

4. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação do contrato ou danos excedentes.

Cláusula 14.^a

Resolução do contrato por iniciativa da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou

reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, atraso na prestação de serviços por um período superior a 30 (trinta) dias ao previsto na respetiva proposta

2. O contrato pode também ser resolvido pela Entidade Adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do Adjudicatário:

- a)* Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do Adjudicatário;
- b)* Prestação de falsas declarações;
- c)* Estado de falência ou insolvência;
- d)* Cessação da atividade;
- e)* Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do Adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.

3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao Adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 15.^a

Resolução do contrato por iniciativa do Adjudicatário

- 1.** Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o Adjudicatário poderá resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
- 2.** A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV

TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Cláusula 16.^a

Tratamento e Proteção de Dados Pessoais

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante esteja especialmente vinculada;
- d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e) Prestar à Entidade Adjudicante toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- f) Manter a Entidade Adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços,

procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Adjudicatário e o referido colaborador;

h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;

j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;

k) Prestar a assistência necessária à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;

l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD.

2. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.

3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º 1 do artigo 4.º do RGPD.

4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Adjudicatário é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, a Entidade Adjudicante.

5. O Adjudicatário deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.

Cláusula 17.^a

Encarregado de Proteção de dados da Entidade Adjudicante

Para os devidos efeitos, divulga-se o nome e o contacto do Encarregado de Proteção de Dados da Entidade Adjudicante: Paula Camacho, com o endereço eletrónico: epd@jf-lumiar.pt.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 18.^a

Deveres de informação

Cada uma das Partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

Cláusula 19.^a

Direitos de propriedade intelectual

1. Correm integralmente por conta do Adjudicatário os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação do bem objeto do contrato, ou da utilização nesse mesmo bem, de materiais, ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Se a Entidade Adjudicante vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos serviços objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o Adjudicatário por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.
3. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
4. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos

n.ºs 1 e 2 não correm por conta do Adjudicatário se este demonstrar que os mesmos são imputáveis à Entidade Adjudicante ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

Cláusula 20.^a

Transição dos serviços objeto do contrato

Em caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o Adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços, para a nova entidade adjudicatária, de modo que garanta a continuidade dos serviços objeto do contrato, a mínima perturbação destes, e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada

Cláusula 21.^a

Avaliação, alocação e gestão dos seguros

1. Após decisão de adjudicação, a Junta de Freguesia do Lumiar reserva-se o direito de indicar à Seguradora, de acordo com estabelecido no n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, a empresa de mediação de seguros, que se encarregará de implementar a colocação dos seguros contratados.
2. Após a colocação dos seguros na seguradora adjudicatária, a mediadora de seguros continuará a apoiar a Junta de Freguesia do Lumiar em tudo que se relacione com a gestão da sua carteira de seguros, desenvolvendo as diligências necessárias à gestão, conferência, atualização e reconversão das apólices, bem como ao acompanhamento e regularização dos sinistros, nos termos da legislação em vigor.
3. Dos trabalhos a desenvolver pela mediadora de seguros não podem resultar quaisquer ónus ou encargos para a Junta de Freguesia do Lumiar, não podendo igualmente a seguradora adjudicatária invocar a condição da mediadora de seguros, como entidade gestora da carteira de seguros da Freguesia do Lumiar, para alterar as condições propostas a concurso.

Cláusula 22.^a

Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato

1. Nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP a execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo Gestor do contrato designado pela Entidade Adjudicante, Paula Camacho.
2. Caso o Gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, pode determinar ao Adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

Cláusula 23.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes, as mesmas devem ser dirigidas, de acordo com o previsto no artigo 469.º do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração de domicílio ou sede deve ser imediatamente comunicada à outra Parte.

Cláusula 24.^a

Contagem dos prazos

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 25.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato é competente o Tribunal Administrativo

de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 26.^a

Legislação aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente Caderno de Encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE II

iii. **Ramo - Seguro Multirriscos (Diverso Património)**

iv. **Ramo – Responsabilidade Civil:**

- Seguros de Responsabilidade Civil dos Equipamentos Desportivos;
- Seguro de Responsabilidade Civil dos Parques Infantis e Fitness;
- Seguro de Responsabilidade Civil Geral;
- Seguro de Responsabilidade Civil de animais.

- SEGURO DE MULTIRRISCOS PATRIMONIAIS

TOMADOR DO SEGURO

JUNTA FREGUESIA DO LUMIAR

SEGURADO

JUNTA FREGUESIA DO LUMIAR

OBJETO SEGURO

Edifícios e outras construções, incluindo benfeitorias, bem como respetivos recheios, conteúdos ou equipamentos que façam parte integrante do Património Imobiliário e Mobiliário da Junta Freguesia do Lumiar.

Ficam incluídos na definição acima todos os bens desde que se trate de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação em qualquer local.

Bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle da Junta Freguesia do Lumiar, incluindo objetos e/ou bens de carácter cultural, histórico ou artístico.

LOCAIS DE RISCO

Todo e qualquer local onde o Segurado possua instalações, bens ou interesses.

RISCOS COBERTOS

- *Riscos Principais*

- Incêndio, queda de raio e/ou explosão
- Tempestades
- Inundações, incluindo os danos em muros, vedações e portões
- Fenómenos sísmicos
- Aluimentos de terras

- *Riscos com Capitais dos Riscos Principais*

- Greves, tumultos, alterações da ordem pública
- Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem
- Queda de aeronaves
- Choque ou impacto de veículos terrestres, incluindo os provocados por veículos do segurado
- Choque ou impacto de objetos sólidos
- Danos por água
- Queda de granizo, neve e gelo
- Combustão espontânea

- *Riscos com Capitais Próprios*

- Danos causados por fumo
- Limpeza, demolição e remoção escombros
- Desenhos e documentos
- Danos em bens do senhorio
- Pesquisa de avarias
- Danos estéticos
- Riscos elétricos
- Deterioração de bens refrigerados
- Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte para todo o mundo
- Avaria de máquinas
- Derrame accidental
- Privação temporária do local ocupado ou arrendado

- Despesas de guarda e vigilância
- Honorários de peritos
- Perda de rendas
- Quebra ou queda accidental de bens
- Quebra ou queda accidental de vidros, painéis e antenas
- Bens de terceiros
- Furto e/ou roubo, incluindo dinheiro em cofre, caixa e transporte
- Danos aos imóveis causados por furto ou roubo
- Danos em transporte terrestre de bens
- Danos em jardins
- Infidelidade de empregados

LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO

Ficam expressamente acordados os seguintes limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

| | |
|---|--------------|
| > Danos causados por fumo | 35.000,00 € |
| > Limpeza, demolição e remoção de escombros | 350.000,00 € |
| > Desenhos e documentos | 50.000,00 € |
| > Danos em bens do senhorio | 50.000,00 € |
| > Riscos elétricos | 75.000,00 € |
| > Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte | 75.000,00 € |
| > Avaria de máquinas | 75.000,00 € |
| > Derrame accidental | 35.000,00 € |
| > Privação temporária do local ocupado ou arrendado | 50.000,00 € |
| > Despesas de guarda e vigilância | 35.000,00 € |
| > Honorários de peritos | 50.000,00 € |
| > Perda de rendas | 50.000,00 € |
| > Quebra ou queda accidental de bens | 25.000,00 € |
| > Quebra ou queda accidental de vidros, painéis e antenas | 35.000,00 € |

| | |
|---|--------------|
| > Bens de terceiros | 75.000,00 € |
| > Furto e/ou roubo, incluindo os danos causados ao imóvel | 300.000,00 € |
| > Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa ou em transporte | 7.500,00 € |
| > Danos em transporte terrestre de bens | 50.000,00 € |
| > Danos em jardins | 25.000,00 € |
| > Infidelidade de empregados | 10.000,00 € |
| > Danos em bens de empregados | 3.750,00 € |
| > Deterioração de bens refrigerados | 25.000,00 € |
| > Pesquisa de avarias | 10.000,00 € |
| > Danos estéticos | 10.000,00 € |

CAPITAL A SEGUIR

Totalidade do património, globalmente valorizado em **€ 120.000,00**, distribuído de acordo com o edifício sito em Largo Padre Augusto Pinheiro Gomes, nº 6:

| | |
|----------------------------------|-------------|
| > Edifícios e benfeitorias | 100.000,00€ |
| > Bens móveis | 20.000,00 € |

FRANQUIAS POR SINISTRO

O presente seguro fica sujeito à franquia de 10,00% do valor dos prejuízos indemnizáveis, com mínimo de 500,00 € e máximo de 10.000,00 €, com exceção dos riscos abaixo indicados que ficam sujeitos às seguintes franquias:

- Riscos elétricos, equipamento eletrónico, furto e/ou roubo, quebra ou queda accidental de bens, quebra ou queda accidental de vidros painéis e antenas, bens de terceiros, atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem e transporte terrestre – 10,00% do valor dos prejuízos, com um mínimo de 150,00 € e um máximo de 2.500,00 €.
- Danos em bens de empregados – 150,00 €.

- Fenómenos sísmicos – 5,00% do capital seguro, por local de risco.

FRACCIONAMENTO DO PRÉMIO

Anual.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

No caso de pagamento de indemnizações ao abrigo das coberturas de Bens de Terceiros, Danos em Bens de Empregados e Exposições Temporárias, o segurador liquidará os valores diretamente aos proprietários dos bens. Para estas situações, a franquia a cargo do segurador será paga por este mediante a emissão de um recibo de reembolso do segurador, isto é, as indemnizações em causa são pagas sem dedução de franquia.

Para reclamações de prejuízos até 2.500,00 euros, antes de aplicação da franquia contratual, o segurador prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:

- ✓ Apresentação da participação de sinistro;
- ✓ Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;
- ✓ Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra, ou cópia do recibo de substituição, ou fatura pró-forma, ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.

Independentemente do valor da reclamação e sempre que esta seja paga em dinheiro, o segurador incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pela Junta, não podendo invocar para tal, a entrega dos originais dos recibos, quando estes forem emitidos à ordem da Junta, uma vez que por lei, está vedada a estas entidades a dedução do imposto em causa.

INICIO DO SEGURO:

1 de março de 2025

Não existe apólice em vigor.

Ramo – Responsabilidade Civil

✓ SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

(A.) Decreto-Lei n.º 82/2004 de 144 de abril

O n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento determina que a entidade responsável pelos equipamentos desportivos deve celebrar um seguro de responsabilidade civil para garantia dos danos causados aos utilizadores, em virtude de deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos.

(B.) Equipamentos Desportivos da Junta de Freguesia do Lumiar – *Anexo C*

- Pavilhão Gimnodesportivo do Alto da Faia:

Rua Frederico George – Alto da Faia – Telheiras – 1600-803 Lisboa

- Pavilhão Gimnodesportivo Escola Secundária do Lumiar

Rua Luís de Freitas Branco, portão 2 – Lumiar – 1600-488 Lisboa

(C.) Capital: 200.000,00 €.

A apólice atual encontra-se na Companhia de Seguros Fidelidade RC65284214..

✓ SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PARQUES INFANTIS E FITNESS

(A.) Decreto-Lei n.º 203/2015 de 17 de setembro.

Garantia dos danos causados aos utilizadores, em virtude de deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos.

(B.) Capital: 362.000,00€

(C.) Lista dos parques infantis e Fitness – *Anexo D*

A apólice atual encontra-se na Companhia de Seguros Fidelidade – Apólice RC65284207.

✓ **SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL EXPLORAÇÃO**

TOMADOR DO SEGURO

JUNTA FREGUESIA DO LUMIAR

SEGURADOS

JUNTA FREGUESIA DO LUMIAR

Os legais representantes do tomador e todas as pessoas que o possam obrigar, quando no exercício das suas funções.

ATIVIDADE DO SEGURADO

São consideradas atividades do segurado, ao abrigo do presente seguro, todas as atribuições e competências da Junta Freguesia do Lumiar, de acordo com a legislação em vigor.

ÂMBITO TERRITORIAL

Portugal.

COBERTURAS GARANTIDAS

Responsabilidade civil legal, conforme indicado nas Condições Especiais.

CAPITAL SEGURO

500.000,00 €, por anuidade e por sinistro.

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, uma franquia com 10% do valor do sinistro com um mínimo de 250,00 €, por sinistro.

FRACCIONAMENTO DO PRÉMIO

Anual.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

- A franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim e após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, o segurador emitirá um recibo de reembolso de franquia à Junta, o qual providenciará no seu pagamento.
- Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em danos inferiores à franquia, o segurador aceitará, a pedido da Junta, a condução do processo. Neste caso e se existir lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados o segurador procederá de acordo com o indicado no ponto anterior.

- A apólice atual encontra-se na Companhia de Seguros Fidelidade RC 65280880.

PARTE III

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Artigo 1.º

Condições Especiais

O contrato de seguro a que respeita a presente apólice vigora segundo as presentes Condições Especiais, as quais prevalecem sobre as Condições Gerais, ficando convencionado e aceite entre as partes que as Condições Gerais se consideram derogadas e/ou ampliadas em tudo o que for contrário ou se harmonize com o disposto nos artigos que se seguem.

Artigo 2.º

Âmbito de Cobertura

1. Por estas Condições Especiais fica garantida pelo Segurador a responsabilidade civil legal do Segurado, de natureza patrimonial e não patrimonial, decorrente de atos de gestão pública e privada que, nos termos da legislação em vigor, sejam imputáveis no exercício da sua atividade identificada nas Condições Particulares.
2. A título enunciativo, **mas não limitativo**, o presente contrato de seguro garante o pagamento das indemnizações a terceiros, resultantes das responsabilidades derivadas:
 - a) Da realização de trabalhos, serviços e prestação de serviços, que resultem das atribuições e competências legais do segurado;
 - b) Dos atos, erros ou omissões do segurado;
 - c) Da sua qualidade de proprietário, arrendatário, usufrutuário e/ou possuidor de imóveis e equipamentos, quer estes sejam destinados a utilização pública ou privada;
 - d) Da exploração e manutenção de parques de estacionamento, garagens, oficinas, estaleiros (considerando-se como terceiros os utentes de quaisquer destas instalações, quer sejam ou não funcionários do tomador) e postos abastecedores de combustíveis;
 - e) Dos pontos de atendimento, venda e/ou lojas do segurado;
 - f) Da execução de trabalhos de construção, ampliação, renovação, conservação, manutenção ou reparação;
 - g) Prejuízos causados por avaria de equipamentos sob a gestão da Junta de Freguesia;

- h) De acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficiente ou por sinalização retirada por terceiros ou ação de elementos naturais;
- i) Da propriedade e/ou exploração de instalações desportivas de uso público;
- j) Da organização e realização de festas, conferências, reuniões, arraiais e outras atividades de carácter social, cultural, musical, desportivo ou recreativo;
- k) De deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto, conforme artigo 31.º do Decreto-Lei 203/2015 de 17 de setembro. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 380.000,00€ (trezentos e oitenta mil euros), por sinistro e anuidade, valor este, atualizado anualmente de acordo com índice de preços no consumidor verificado no ano anterior, e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, IP;
- l) De deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos, conforme artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 100/2003 de 23 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 82/2004 de 14 de Abril e Portaria n.º 1049/2004 de 19 de Agosto. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 200.000,00€ (duzentos mil euros) por sinistro e anuidade;
- m) De operações de carga, descarga e transporte de matérias, produtos, ou equipamentos inerentes à atividade do segurado;
- n) De máquinas, gruas e outros equipamentos em laboração que sejam utilizadas no seu interesse e/ou sob a sua direção efetiva;
- o) Da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas, escadas rolantes e outros equipamentos de elevação;
- p) Da queda total ou parcial de anúncios ou outros painéis, antenas, parâmetros, postes de iluminação, de sinalização e outras antenas ou mastros que sejam propriedade da Junta ou por ela sejam explorados;
- q) Da propriedade de animais; (identificar os cães)
- r) Do armazenamento, utilização, transporte e lançamento de fogo de artifício e foguetes;
- s) De incêndio e/ou explosão;
- t) Por perdas indiretas, lucros cessantes, paralisações e outros danos consequenciais, desde que tais danos resultem de responsabilidades cobertas por este contrato de seguro. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 100.000,00€ (cem mil euros) por sinistro e anuidade;

u) De danos causados a serviços enterrados e aéreos – Os danos legalmente imputáveis ao segurado causados a condutas e ou cabos existentes no local dos trabalhos ficam abrangidos pela apólice, desde que o segurado, previamente à execução dos trabalhos, tenha obtido junto das entidades competentes os seus respetivos planos de localização e os tenha assinalado no terreno.

As indemnizações de danos causados por rotura ou cortes em condutas e/ou cabos existentes no local dos trabalhos limitam-se ao custo das reparações e/ou substituição dos bens danificados, ficando sempre excluídos todos os prejuízos ou danos consecutivos, isto é, danos indiretos em consequência do sinistro. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 125.000,00€ (cento e vinte cinco mil euros), por sinistro e anuidade.

v) Da propriedade, manutenção e conservação de parques, zonas verdes, espaços ajardinados e zonas arborizadas;

w) Da qualidade de Entidade Empregadora, ficando garantidas as indemnizações pecuniárias, devidas, a título de responsabilidade civil extracontratual, pelo Segurado aos seus trabalhadores ou respetivos herdeiros, exclusivamente por danos não patrimoniais decorrentes de lesões corporais sofridas em consequência de acidente que, nos termos da lei, seja qualificado como de trabalho. Excluem-se os danos indemnizáveis ao abrigo do seguro de acidentes de trabalho, mesmo em caso de insuficiência da respetiva apólice. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros), por sinistro e anuidade e 50.000,00€ (cinquenta mil euros), por lesado;

x) Em bens ou objetos de terceiros que estejam confiados, alugados ou arrendados ao segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 125.000,00€ (cento e vinte cinco mil euros), por sinistro e anuidade;

y) Dos danos causados por poluição, contaminação, fuga ou vazamento, em consequência de um acontecimento imprevisto, súbito e não intencional decorrente da atividade do Segurado, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 125.000,00€ (cento e vinte cinco mil euros), por sinistro e anuidade.

z) Da responsabilidade civil legal subsidiária e/ou solidária decorrente de danos causados por empresas contratadas e subcontratadas para a execução de obras e serviços, ficando salvaguardado o direito de regresso do segurador contra as entidades diretamente responsáveis pelos danos.

Artigo 3º

Extensão de Cobertura - Mandatos

Por esta cláusula, o segurador garante:

1. A responsabilidade, determinada por sentença transitada em julgado derivada de atos administrativos definitivos e executórios da Junta Freguesia do Lumiar, do seu Presidente, dos Vogais ou de quaisquer outros titulares de órgãos, funcionários e agentes da Junta Freguesia do Lumiar, no exercício das suas competências próprias e delegadas e por causa desse exercício.
2. A responsabilidade derivada de atos dos agentes que trabalham por conta e sob a direção do Segurado, no exercício das suas funções e por causa desse exercício.

Artigo 4.º

Extensão de cobertura - Custos de defesa

Por esta clausula, o Segurador pagará:

1. Todos os custos, honorários e despesas com o seu consentimento prévio, na investigação, defesa ou liquidação de qualquer ocorrência que seja ou que possa ser parte do objeto de indemnização, por esta apólice.
2. Os custos de representação em qualquer inquérito, investigação ou outros procedimentos respeitantes a assuntos que tenham relevância direta, com qualquer ocorrência que seja ou possa ser parte do objeto da indemnização, por esta apólice.
3. O Segurador responderá por estes custos até ao limite máximo de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), por sinistro e anuidade.

Artigo 5.º

Validade temporal

A garantia concedida pelo presente contrato de seguro cobre as reclamações efetuadas durante o período de vigência da apólice, em consequência de eventos ocorridos durante esse mesmo período e ainda as reclamações efetuadas durante o período máximo de 2 (dois) anos, a contar do termo do contrato, relativamente a eventos ocorridos durante o período em que a apólice esteve em vigor.

Artigo 6.º

Exclusões

Derrogando tudo o que em contrário estiver estipulado nas Condições Gerais, constituem exclusões únicas do presente contrato de seguro os danos:

- a) Decorrentes de atos ou omissões, dolosos, do Tomador do seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;
- b) Causados pelo Tomador do seguro, pelo Segurado ou pessoas seguras em estado de embriagues ou sob influência de estupefacientes, drogas ou outros produtos tóxicos, desde que esse estado ou influência estejam devidamente comprovados, por decisão judicial transitada em julgado;
- c) Decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;
- d) Decorrentes de acidentes provocados por aeronaves;
- e) Decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;
- f) Decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;
- g) Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Tomador do seguro, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação sobre o Acidentes de trabalho, sem prejuízo do previsto na cobertura de Responsabilidade Civil de Entidade Empregadora do Segurado;
- h) As reclamações decorrentes de responsabilidades assumidas por acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;
- i) Uso ou armazenamento de explosivos, sem prejuízo da cobertura concedida para fogo de artifício e foguetes ;
- j) Atrasos ou incumprimento na efetivação dos trabalhos ou serviços;
- k) Ação de campos eletromagnéticos;
- l) Danos originados por motivos de força maior, nomeadamente, os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;

- m) Falha ou falta de fornecimento;
- n) Os danos resultantes de asbestos, fibras de asbestos ou produtos que contenham asbestos ou sílica;
- o) Os danos decorrentes de acidentes devidos a atos de guerra, guerra civil, invasão, lei marcial, hostilidades, revolução, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativas de usurpação do poder, motins, comoção civil, terrorismo, confiscação, requisição e destruição causada por ordem do governo ou quaisquer autoridades públicas ou locais, vandalismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e “lock-out”;
- p) Os danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas direta ou indiretamente na aplicação de quaisquer taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança e exemplares;
- q) Derivados da interrupção ou suspensão total ou parcial da atividade exercida pelo Segurado;
- r) Sofridos pelos próprios produtos do Segurado, bem como os gastos para averiguar e reparar tais danos.
- s) Os danos causados à biodiversidade, entendida esta como habitats e espécies naturais nos termos constantes do Anexo I da Diretiva n.º 79/409/CEE ou dos anexos I, II e IV da Diretiva n.º 92/43/CEE ou habitats e espécies não abrangidos por aquelas diretivas mas em relação às quais tiverem sido designadas áreas de proteção ou conservação nos termos do direito nacional relativo à conservação da natureza, bem como quaisquer despesas efetuadas para prevenir estes danos.

§ único – A exclusão constante da alínea a) não será, no entanto, aplicável quando, por força da lei, os danos a que se referem não forem excecionáveis, nomeadamente, tratando-se de coberturas relativas a seguros obrigatórios outorgadas pela presente apólice de seguro.

INICIO DO SEGURO:

01 de março de 2025

✓ **Seguro de Responsabilidade Civil de Animais**

1.1 - Objeto

1.1.1 – A Junta Freguesia do Lumiar é responsável por **2 (dois) animais de raça canina** e pretende transferir a sua responsabilidade civil para uma seguradora, no que diz respeito ao pagamento das indemnizações que, de acordo com a legislação em vigor, possam ser exigidas à Junta Freguesia do Lumiar, garantindo, até ao limite fixado nas Condições Particulares, e de harmonia com o disposto nas respetivas Condições Gerais e Especiais, a Responsabilidade Civil Extracontratual legalmente imputável ao Segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais, decorrente de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros por animal potencialmente perigoso;

1.2 – Capitais:

Deverá ser garantido o montante máximo, por sinistro e anuidade de 50.000,00€.

1.3 - Franquia

1.3.1 - Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, franquia de 10,00%, com um mínimo de 125,00€, por sinistro.

1.3.2 - A franquia contratual não é oponível a terceiros lesados. Assim, após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, a seguradora emitirá um recibo de reembolso de franquia à Junta de Freguesia, o qual providenciará o seu pagamento.

1.4 - Coberturas

1.4.1 - Responsabilidade Civil Geral cobrindo as consequências pecuniárias resultantes de danos corporais e materiais da responsabilidade do segurado decorrentes da lei e do exercício da sua atividade, e em particular da aplicação dos artigos 491.º, 492.º, 493.º, 500.º e 501.º do Código Civil e Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, com alteração da Lei n.º 31/2008, de 17 de julho com exclusão das responsabilidades sujeitas a seguro obrigatório

1.5 - Regularização de Sinistros

1.5.1 - Os sinistros ocorridos, resultantes das responsabilidades derivadas do enunciado no âmbito de cobertura, são assumidos, sem exclusões, exceto quando for provado pela seguradora que o sinistro foi causado por negligência do segurado.

1.5.2 - Sempre que seja participado pelo tomador do seguro ou reclamado pelo terceiro/lesado a ocorrência de um sinistro a seguradora deve:

- Realizar as peritagens no prazo de oito dias úteis após a receção da participação se tal tiver lugar.
- Decidir da assunção da responsabilidade no prazo de trinta dias úteis a contar da receção da participação, informando o tomador e o terceiro/lesado, por escrito.

1.5.3 - Os prazos previstos nos itens anteriores suspendem-se nas situações em que a seguradora se encontre a levar a cabo uma investigação por suspeita fundamentada de fraude.

1.5.4 - Serão pagos aos lesados os prejuízos resultantes de paralisações e percas indiretas de qualquer natureza devidamente comprovados.

1.5.5 - Nos sinistros recusados pela seguradora, fica esta obrigada entregar ao tomador do seguro a fundamentação técnico – jurídica da recusa.

1.6 - Fracionamento dos Prémios Anual: sem fracionamento.